

EPISÓDIO 8

Contexto específico de cada país é o fator determinante para escolha da tecnologia de voto mais adequada à respectiva realidade

Segundo dados do *Institute for Democracy and Electoral Assistance* (Idea), cerca de vinte países no mundo usam urnas eletrônicas, com ou sem registro impresso do voto. O modelo brasileiro atual, que não tem esse registro, é usado em larga escala em mais duas nações. Em outros lugares, como França e Estados Unidos, a urna eletrônica sem voto impresso também é usada, mas não em todo o território.

Além disso, em praticamente todos os países se emprega algum tipo de tecnologia em ao menos uma fase do processo eleitoral, como registro de eleitores e contagem dos votos. De todo modo, o uso da tecnologia não é um fim em si mesmo: ela é adotada para tentar resolver problemas concretos. Portanto, o contexto específico de cada sociedade é que vai determinar a melhor tecnologia a ser utilizada, considerando os outros fatores que marcam o ambiente eleitoral, como demografia, geografia, dimensões territoriais, histórico da democracia, custódia de equipamentos, infraestrutura instalada etc. Não existe solução universal: cada caso é um caso.

No Brasil, a implantação do voto eletrônico teve como objetivos reduzir drasticamente a possibilidade de ocorrência de fraudes, diminuir o tempo de apuração, minimizar a quantidade de votos nulos não intencionais, fortalecer a confiança no processo eleitoral e aplicar tecnologias adequadas às particularidades sócio-geográficas e culturais do país. Em grande medida, esses objetivos foram atingidos, reforçando a segurança e a confiabilidade dos procedimentos eleitorais.

Outro ponto importante é que deve haver um pacto social a respeito dos procedimentos eleitorais adotados por cada país, independentemente de quais sejam eles. É essa confiança que faz a democracia se manter, pois permite que as regras do jogo e os resultados eleitorais sejam respeitados. Assim, em uma sociedade democrática, participativa e plural, é natural e salutar que ocorram discussões bem-intencionadas sobre a segurança das eleições, de modo que eventuais aperfeiçoamentos possam ser implementados gradativamente e que a confiança depositada nesses procedimentos possa ser constantemente renovada.

O que a democracia não tolera é a articulação maliciosa de conteúdos relacionados à segurança das eleições, a fim de desacreditá-las e de assim cinicamente justificar eventual quebra do pacto. Nesses casos, a verdadeira intenção é fazer com que os processos eleitorais não pareçam seguros, independentemente de parâmetros objetivos ou técnicos. Não existe real preocupação com a democracia, mas sim com eventual derrota eleitoral. Discussões e questionamentos devem ser feitos com responsabilidade e em momento e foros adequados.